

**Companhia Coreano-Brasileira de
Pelotização - Kobrasco**

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e nº 7, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Vale S.A. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	309.895	232.363	Fornecedores		1.266	3.522
Contas a receber				Dividendos a pagar	7 (a)	77.952	33.366
Partes relacionadas	7	12.405	904	Tributos a pagar	11	62.369	47.580
Outros		55	55	Outros passivos		<u>85</u>	<u>86</u>
Tributos a recuperar	8	6.668	1.345			<u>141.672</u>	<u>84.554</u>
Outros ativos		<u>29</u>	<u>21</u>				
		<u>329.052</u>	<u>234.688</u>	Não circulante			
Não circulante				Provisão para contingências	12 (c)	<u>5.440</u>	<u>4.041</u>
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido	13		
Depósitos judiciais	12 (b)	16.566	14.618	Capital social		214.410	214.410
Tributos diferidos	10 (a)	<u>1.050</u>	<u>1.157</u>	Reserva de lucros		<u>268.209</u>	<u>234.546</u>
		<u>17.616</u>	<u>15.775</u>			<u>482.619</u>	<u>448.956</u>
Imobilizado	9	<u>283.063</u>	<u>287.088</u>				
		<u>300.679</u>	<u>302.863</u>				
Total do ativo		<u><u>629.731</u></u>	<u><u>537.551</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>629.731</u></u>	<u><u>537.551</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social)

	Notas	2015	2014
Receita líquida de arrendamento	15	269.162	220.329
Custo do arrendamento	16	<u>(14.495)</u>	<u>(16.349)</u>
Lucro bruto		<u>254.667</u>	<u>203.980</u>
Despesas operacionais	17		
Gerais e administrativas		(4.004)	(1.647)
Outras despesas operacionais		<u>(308)</u>	<u>(3.047)</u>
		<u>(4.312)</u>	<u>(4.694)</u>
Lucro operacional		<u>250.355</u>	<u>199.286</u>
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		18.365	6.686
Despesas financeiras		<u>(1.551)</u>	<u>(1.577)</u>
Receitas financeiras, líquida		<u>16.814</u>	<u>5.109</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>267.169</u>	<u>204.395</u>
Imposto de renda e contribuição social	10 (b)		
Corrente		(88.717)	(69.279)
Diferido		<u>(107)</u>	<u>869</u>
		<u>(88.824)</u>	<u>(68.410)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>178.345</u>	<u>135.985</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - Básico e diluído - Em Reais		<u>44,35</u>	<u>33,82</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	2015	2014
Lucro líquido do exercício		178.345	135.985
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>178.345</u></u>	<u><u>135.985</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva de dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2014	214.410	40.359	91.568	59.485	-	405.822
Dividendos do exercício 2013 (AGO 17 de abril de 2014)	-	-	-	(59.485)	-	(59.485)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	135.985	135.985
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	2.523	-	-	(2.523)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(33.366)	(33.366)
Reserva de dividendo adicional proposto	-	-	-	100.096	(100.096)	-
Em 31 de dezembro de 2014	214.410	42.882	91.568	100.096	-	448.956
Dividendos do exercício 2014 (AGO 17 de abril de 2015)	-	-	-	(100.096)	-	(100.096)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	178.345	178.345
Destinação do lucro:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(44.586)	(44.586)
Reserva de dividendo adicional proposto	-	-	-	133.759	(133.759)	-
Em 31 de dezembro de 2015	214.410	42.882	91.568	133.759	-	482.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		267.169	204.395
Ajustes			
Depreciação	9	14.832	16.862
Perda com baixa de imobilizados/intangíveis		35	-
Provisão (reversão) para contingências	17	418	1.847
Provisão para perda com ICMS	17	(499)	(349)
Juros, variações monetárias s/ depósitos judiciais e contingências	18	(1.272)	2.979
		<u>280.683</u>	<u>225.734</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(11.501)	10.309
Tributos a recuperar		(5.124)	(175)
Depósitos judiciais		-	-
Outros ativos		(10)	194
Fornecedores		(1.671)	2.530
Tributos a pagar		15.373	(272)
Provisão para contingências		23	(12)
Outros passivos		(587)	7
		<u>277.186</u>	<u>238.315</u>
Tributos sobre o lucro pagos		<u>(88.716)</u>	<u>(48.175)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>188.470</u>	<u>190.140</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	9	<u>(10.842)</u>	<u>(17.012)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		<u>(10.842)</u>	<u>(17.012)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		<u>(100.096)</u>	<u>(79.313)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		<u>(100.096)</u>	<u>(79.313)</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa no exercício		77.532	93.815
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>232.363</u>	<u>138.548</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u><u>309.895</u></u>	<u><u>232.363</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	2015	2014
Receitas			
Venda bruta de produtos e serviços	15	296.598	242.787
Outras receitas (despesas)		<u>(3.931)</u>	<u>(4.604)</u>
		<u>292.667</u>	<u>238.183</u>
Valor adicionado bruto produzido pela Sociedade			
Depreciação e amortização		<u>(14.832)</u>	<u>(16.862)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		<u>277.835</u>	<u>221.321</u>
Valor recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	<u>18.365</u>	<u>6.686</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>296.200</u>	<u>228.007</u>
Distribuição do valor adicionado			
Honorários da diretoria		<u>45</u>	<u>48</u>
Impostos, taxas e contribuições		<u>116.259</u>	<u>90.499</u>
Juros e variações monetárias e cambiais		<u>1.551</u>	<u>1.475</u>
Dividendos mínimos obrigatórios		44.586	33.366
Lucros retidos		<u>133.759</u>	<u>102.619</u>
		<u>178.345</u>	<u>135.985</u>
Valor adicionado distribuído		<u>296.200</u>	<u>228.007</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Informações gerais

A Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco ("Sociedade") tem sede e planta industrial em Vitória - ES. A Sociedade foi constituída mediante associação da Vale S.A. ("Vale") com a Posco ("Posco"). Suas atividades compreendiam a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro.

Em 1º de junho de 2008, a Sociedade celebrou com seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional de sua usina de pelotização, vigorando a partir da data de sua assinatura. Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 31 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também sua moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber", "Depósitos judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment de ativos financeiros*

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Sociedade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia evidência objetiva de *impairment* nos ativos financeiros da Sociedade.

2.5 Contas a receber de partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pelo valor da contraprestação a receber do arrendatário. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.6 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Instalações e sistemas operacionais	3 a 10
Equipamentos autônomos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado .

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Em 2015 e 2014, a Administração não identificou qualquer evento ou circunstância que indicasse que o valor contábil não será recuperável.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 Reconhecimento da receita

Arrendamentos mercantis para os quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento da usina à Vale, sendo apropriada mensalmente ao resultado e na medida em que:

- Os custos relacionados a esse arrendamento possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurada com segurança; e
- Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e realizadas exclusivamente aos sócios na proporção da participação acionaria.

2.13 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Sociedade ao final do exercício, com base no estatuto social da Sociedade que prevê o dividendo mínimo de 25%.

2.15 Novas normas e interpretações

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

- **IFRS 9 Financial instruments** - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia não espera impactos significativos na sua aplicação.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers** - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.
- **IFRS 16 Leases** - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 - Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, são:

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade está sujeito ao pagamento de imposto de renda de acordo com a legislação brasileira. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Vida útil dos ativos

A Sociedade reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A constituição de provisão para contingência é determinada com base nos prognósticos de perda dos consultores jurídicos da Sociedade, os quais são avaliados e definidos pela administração.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Após o arrendamento operacional dos ativos, a Sociedade passou a restringir seu risco financeiro, notadamente o risco de crédito e liquidez.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e depósitos em bancos, que são mantidos com instituições financeiras de primeira linha, e contas a receber com seu acionista Vale. A Sociedade avalia os riscos das instituições com base em metodologia específica.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na entidade operacional da Sociedade e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Recebíveis	
	2015	2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	309.895	232.363
Contas a receber	12.460	959
Depósitos judiciais	16.566	14.618
	338.921	247.940
	Outros passivos financeiros	
	2015	2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	1.266	3.522
Outros	85	86
	1.351	3.608

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	696	318
Aplicações financeiras	309.199	232.045
	309.895	232.363

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2015 de 13,30% (10,86% em 2014). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

7 Transações com parte relacionadas

a. Transações e saldos

	Ativo		Passivo	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber - Vale S.A.	12.405	904	-	-
Dividendos a pagar:				
Vale S.A.	-	-	22.293	16.683
Posco	-	-	<u>55.659</u>	<u>16.683</u>
Circulante	<u>12.405</u>	<u>904</u>	<u>77.952</u>	<u>33.366</u>

Os principais saldos de resultado operacional e financeiro com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
Receitas de arrendamento		
Vale S.A.	<u>296.598</u>	<u>242.787</u>

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

As informações apresentadas incluem as bases referentes a diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Honorários da diretoria	<u>45</u>	<u>48</u>

Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

8 Tributos a recuperar

	2015	2014
IRRF a recuperar	6.500	403
CSLL a recuperar	-	48
PIS a recuperar	14	163
COFINS a recuperar	<u>154</u>	<u>731</u>
	<u>6.668</u>	<u>1.345</u>

9 Imobilizado

	Edificações	Instalações e sistemas operacionais	Equipamentos autônomos	Outros	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2014							
Saldo inicial	1.332	233.914	5.356	3.972	244.574	42.357	286.931
Aquisição	-	-	-	-	-	17.012	17.012
Transferência	105	11.846	247	316	12.514	(12.514)	-
Depreciação	(87)	(15.494)	(789)	(485)	(16.855)	-	(16.855)
Saldo final	1.350	230.266	4.814	3.803	240.233	46.855	287.088
Custo total	2.545	393.308	8.296	5.250	409.399	46.855	456.254
Depreciação acumulada	(1.195)	(163.042)	(3.482)	(1.447)	(169.166)	-	(169.166)
Saldo contábil, líquido	1.350	230.266	4.814	3.803	240.233	46.855	287.088
Saldos em 31 de dezembro de 2015							
Saldo inicial	1.350	230.266	4.814	3.803	240.233	46.855	287.088
Aquisição	-	940	-	-	940	9.902	10.842
Transferência	-	8.853	-	-	8.853	(8.853)	-
Alienação	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Depreciação	(88)	(13.448)	(805)	(491)	(14.832)	-	(14.832)
Saldo final	1.262	226.611	4.009	3.312	235.194	47.869	283.063
Custo total	2.545	403.101	8.296	5.250	419.192	47.869	467.061
Depreciação acumulada	(1.283)	(176.490)	(4.287)	(1.938)	(183.998)	-	(183.998)
Saldo contábil, líquido	1.262	226.611	4.009	3.312	235.194	47.869	283.063

A companhia classifica toda depreciação como custo de arrendamento.

10 Imposto renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores constantes no ativo não circulante, na linha de "Tributos diferidos" são correspondentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de diferença temporárias sobre provisões de contingências e atualização de depósitos judiciais.

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, conforme demonstrados:

	<u>Base</u>		<u>Alíquota</u>	<u>Imposto e contribuição</u>	
	2015	2014		2015	2014
Diferenças temporárias sobre provisões	5.440	4.041	34%	1.850	1.374
Diferenças temporárias sobre Atualização de depósitos judiciais	<u>(2.353)</u>	<u>(638)</u>	34%	<u>(800)</u>	<u>(217)</u>
	<u>3.087</u>	<u>3.403</u>		<u>1.050</u>	<u>1.157</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetam os resultados dos exercícios, reconciliados com a alíquota nominal, são demonstrados como segue:

	2015	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro	267.169	204.395
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>(90.837)</u>	<u>(69.494)</u>
Reversões de provisão para perda de ICMS	123	119
Outros permanentes	<u>1.890</u>	<u>965</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(88.824)</u>	<u>(68.410)</u>
Corrente	(88.717)	(69.279)
Diferido	<u>(107)</u>	<u>869</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(88.824)</u>	<u>(68.410)</u>

11 Tributos a pagar

	2015	2014
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		
Devida no ano	24.250	18.687
Antecipada no ano	<u>(8.971)</u>	<u>(6.835)</u>
Saldo a pagar em dezembro	<u>15.279</u>	<u>11.852</u>
Imposto de renda (IRPJ)		
Devida no ano	64.467	50.592
Antecipada no ano	<u>(21.019)</u>	<u>(18.192)</u>
Saldo a pagar em dezembro	<u>43.448</u>	<u>32.400</u>
Outros	<u>3.642</u>	<u>3.328</u>
	<u><u>62.369</u></u>	<u><u>47.580</u></u>

12 Contingências e compromissos assumidos

Nas datas das demonstrações contábeis, a Sociedade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2015		2014	
	Depósitos judiciais	Provisão Para Contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências
ICMS sobre demanda de energia elétrica	12.247	4.489	11.601	4.004
Encargo de capacidade emergencial	4.312	-	2.985	-
Reclamações trabalhistas e outros	<u>7</u>	<u>951</u>	<u>32</u>	<u>37</u>
	<u><u>16.566</u></u>	<u><u>5.440</u></u>	<u><u>14.618</u></u>	<u><u>4.041</u></u>

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela posição de seus consultores legais externos e seus valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Em determinados processos judiciais, ao invés de efetuar o depósito judicial, a Sociedade apresentou fianças bancárias que totalizam R\$ 13.563.

a. Contingências com perdas possíveis

Adicionalmente, a Sociedade possui o montante de R\$ 419.122 (R\$ 276.377 em 2014), referente a processos das naturezas tributárias, que, conforme estimativas da administração e posição de seus consultores jurídicos foram classificadas com expectativa de perda possível, não requerendo a constituição de provisão para contingências.

A causa possível mais relevante em 31 de dezembro de 2015 encontra-se descrita abaixo:

- i. No período de 2006 a 2008, a Sociedade foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a cobrança de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 330.192.

A Sociedade atuava na produção e venda de pelotas de minério de ferro aglomerados (pelotas) e não aglomerados (finos). De acordo com entendimento da Administração e seus assessores jurídicos, o minério de ferro não aglomerados (finos) era comercializado no mercado interno e já sofria a devida tributação, enquanto que o minério de ferro aglomerado (pelotas) era comercializado no mercado externo e, por isso, fica afastada a incidência de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de vendas de pelotas com o fim de exportação.

- ii. Em 2003 a Sociedade iniciou uma discussão judicial acerca da incidência do ICMS sobre a demanda de energia elétrica contratada e não consumida, e obteve autorização para realizar depósitos judiciais dos valores em discussão, realizados entre 2003 e 2005. Nos anos subsequentes, o Estado do Espírito Santo emitiu autos de infração para preservar o direito ao crédito tributário. Em 29 de fevereiro de 2016 (evento subsequente) foi protocolada, junto a Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, proposta de acordo para encerramento das disputas mencionadas. A proposta de acordo consiste em:
- Renúncia por parte da Sociedade de valores devidos de ICMS sobre demanda de energia elétrica contratada e não consumida em aproximadamente R\$12.400, cujos valores encontram-se depositados judicialmente;
 - Renúncia por parte do Estado do Espírito Santo de valores relativos a juros e multa aplicados em aproximadamente R\$20.200; e
 - Renúncia por parte do Estado do Espírito Santo de valores relativos a ICMS sobre demanda de energia elétrica contratada e não consumida pela sociedade, em aproximadamente R\$215.

A proposta de acordo encontra-se em processo de análise por parte da Procuradoria Geral do Estado do Espírito.

b. Depósitos judiciais

	2014	Atualização monetária adição (baixa)	2015
ICMS sobre demanda de energia elétrica	11.601	647	12.248
Encargo de capacidade emergencial	2.985	1.327	4.312
Reclamações trabalhistas e outros	32	(26)	6
	14.618	1.948	16.566

c. Provisão para contingências

	2014	Adições e (baixas)	Atualização monetária e juros adição (baixa)	2015
Encargo de capacidade emergencial	4.004	-	485	4.489
Reclamações trabalhistas e outros	37	861	53	951
	<u>4.041</u>	<u>861</u>	<u>981</u>	<u>5.440</u>

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária do capital social emitida e integralizada, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

	Número de ações
Ações ordinárias nominativas sem valor nominal	
Acionista do país	2.010.719.185
Acionista do exterior	<u>2.010.719.185</u>
	<u>4.021.438.370</u>

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 38.500 mil (dólares norte-americanos) e KRW 38.668.971 mil (Won/Coreia-Sul).

b. Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado conforme Estatuto Social da Sociedade. Neste sentido a Sociedade registrou como dividendo mínimo obrigatório os montantes de R\$ 44.586 e R\$ 33.366 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

Os dividendos a pagar, relativo ao exercício de 2014 no valor de R\$ 100.096 deliberados por meio da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 17 de abril de 2015 foram pagos parcialmente aos seus acionistas durante o exercício de 2015.

Do montante acima, R\$ 33.366 deixaram de ser pagos à Posco (sócia). A remessa foi efetuada pela Sociedade no dia 30 de dezembro de 2015. Porém, por problemas operacionais junto ao banco intermediário nos Estados Unidos, o montante foi remetido em janeiro de 2016.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva para investimentos

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Sociedade, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para dividendo adicional proposto

Conforme preconizado pelo ICPC 08 o excedente aos 25% do lucro líquido do exercício será mantido no patrimônio líquido, no grupo de reserva de dividendos adicional proposto. O pagamento deste saldo excedente das reservas de lucros será deliberada pela Assembleia de sócios.

d. Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado:

	2015	2014
Origens		
Lucro líquido do exercício	178.345	135.985
(-) Reserva legal 5% (lucro líquido do exercício) (*)	<u>-</u>	<u>(2.523)</u>
Total das origens	<u>178.345</u>	<u>133.462</u>
Destinações		
Dividendos propostos	44.586	33.366
Reserva de dividendo adicional proposto	<u>133.759</u>	<u>100.096</u>
Total das destinações	<u>178.345</u>	<u>133.462</u>

(*) Com a finalidade de não exceder a 20% do capital social, a reserva legal não foi constituída no exercício de 2015.

14 Créditos fiscais de ICMS

Em maio de 2008, a Sociedade vendeu parte dos créditos de ICMS ao acionista Vale com deságio de aproximadamente 30%. A Sociedade constituiu provisão para perda com a não realização destes créditos, sem qualquer efeito tributário, devido as baixas perspectivas de recuperação plena dos mesmos.

Adicionalmente, a Sociedade possui em 31 de dezembro de 2015 R\$ 25.405 (R\$ 25.768 em 2014) de créditos de ICMS que ainda não foram negociados e que também se encontram totalmente provisionados em função da Sociedade não ter estimativa de recuperação desse saldo.

15 Arrendamento operacional

Em junho de 2008, a Sociedade celebrou com o seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional da sua Usina de Pelotização, vigorando a partir da data da sua assinatura com vigência de cinco anos. Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale, que deverá pagar os seguintes valores: (i) parcela fixa anual de R\$ 63.650, a serem reajustados no final de cada ano civil, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV), e (ii) uma variável resultante da performance da Planta de Pelotização.

Em 30 de dezembro de 2010 foi elaborado a 2ª alteração ao contrato de arrendamento operacional, que passou a vigorar a partir da data de execução desta alteração. A parcela fixa anual foi ajustada para R\$ 32.300, com prazo de vigência inalterado. Essa parcela será reajustada no final de cada ano civil, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, publicados pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV).

	2015	2014
Parcela fixa	40.040	38.621
Parcela variável	<u>256.558</u>	<u>204.166</u>
	<u>296.598</u>	<u>242.787</u>

A reconciliação da receita do arrendamento para a receita líquida é como segue:

	2015	2014
Receita com arrendamento	296.598	242.787
Impostos sobre arrendamento	<u>(27.436)</u>	<u>(22.458)</u>
Receita líquida	<u><u>269.162</u></u>	<u><u>220.329</u></u>

16 Custo do arrendamento

	2015	2014
Depreciação e amortização	(14.832)	(16.862)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	<u>337</u>	<u>513</u>
	<u><u>(14.495)</u></u>	<u><u>(16.349)</u></u>

17 Despesas operacionais

	2015	2014
Provisão (reversão de provisão) para contingências	(418)	(1.847)
Reversão para perda de ICMS	499	349
Pesquisa e Desenvolvimento	(824)	(2.162)
Honorários do conselho de administração	(45)	(48)
Despesas incentivadas	(2.870)	-
Outras despesas operacionais	<u>(654)</u>	<u>(986)</u>
	<u><u>(4.312)</u></u>	<u><u>(4.694)</u></u>

18 Resultado financeiro

	2015	2014
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	16.135	8.235
Atualização monetária depósitos judiciais	1.948	(1.631)
Atualização monetária de imposto a recuperar	282	5
Outras receitas financeiras	<u>-</u>	<u>77</u>
	<u><u>18.365</u></u>	<u><u>6.686</u></u>
Despesas financeiras		
Juros sobre mora, multas, taxas e comissões	(289)	(105)
Juros sobre contingências	(958)	(1.353)
IOF	(19)	(18)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(285)	-
Outras despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(101)</u>
	<u><u>(1.551)</u></u>	<u><u>(1.577)</u></u>
Receitas financeiras, líquidas	<u><u>16.814</u></u>	<u><u>5.109</u></u>

19 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade possuía uma apólice de seguro contratada com terceiros, para cobertura de todos os riscos de danos materiais, inclusive quebra de máquinas e interrupção de produção e consequente perda de receita, sendo que o montante da cobertura corresponde a R\$ 2.494.019 (R\$ 2.004.767 em 2014).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Diretoria

José Lúcio Pádua Soares Junior
Diretor Superintendente

Leonardo Gava
Diretor

Responsáveis Técnicos

Bruno Mendes de Moraes
Gerente de Contabilidade Subsidiárias
Brasil

Juçanã Souza
Contador
CRC-RJ 076066/O-7 “S” ES